

### III Conselho Nacional da JSD (2018-2020)

Fronteira | 12 de janeiro de 2019

## A Utilização de Dados Biométricos no Âmbito do Controlo de Acessos e de Assiduidade na Assembleia da República

---

### A Defesa da Democracia pelo Exemplo

*“A democracia aprende-se pelo exercício e constrói-se por meios democráticos.” – Francisco Sá Carneiro.*

#### 1. A imoralidade e a ilegalidade.

O ano de 2018 deu a conhecer aos portugueses um conjunto de práticas na Assembleia da República que beliscam os mais elementares valores da democracia portuguesa. Desde “moradas-fantasma” (moradas que não configuram a residência habitual dos deputados e são indicadas apenas e só com o propósito de garantir aos deputados o recebimento de subsídios de deslocação) comunicadas aos serviços do parlamento; “presenças-fantasma” (assinaladas pelos deputados em plenário sem, contudo, estarem presentes, através da partilha de passwords); até ao escândalo das “votações-fantasma” (votações feitas pelo colega do lado), como foi noticiado relativamente ao mais importante diploma do país: a Lei do Orçamento do Estado.

Todas estas práticas, que acreditamos serem correntes há muitos anos a esta parte, com a convivência e consentimento de altas figuras do Estado, co-responsáveis diretas e indiretas pelas “entorses” que o país e a democracia (tal como a conhecemos nos manuais de cidadania e política) enfrentam, sem que tenham havido, até hoje, consequências políticas e criminais para quem prevaricou e para quem permitiu que se prevaricasse.

Hoje sabemos que, na “casa da democracia”, onde devia imperar o exemplo, a ética, a moral e a responsabilidade, existem, afinal, hábitos enraizados um pouco por todas as bancadas parlamentares que consubstanciam um entrave ao correto funcionamento da democracia e uma das principais causas do aumento da abstenção em Portugal.

A falsa assiduidade na Assembleia da República é hoje evidente, como é evidente que se trata de um costume que tem, na mente dos senhores deputados (aqueles que prevaricam diretamente e daqueles que, sabendo dessas práticas, não as denunciam nem as combatem), valor de lei, porque se consideram intocáveis.

Um registo de assiduidade e de atividade dos senhores deputados, disponível para consulta pública pode ser um mecanismo responsável não só pela transparência da atividade dos senhores deputados, como um instrumento que permita credibilizar o estatuto e a função de deputado junto da sociedade, distinguindo junto do eleitorado aqueles que melhor desempenharem as suas funções.

## 2. O que propõem os senhores deputados?

Ainda não se sabe bem. À boa maneira parlamentar, após os escândalos vindos a público, o presidente da Assembleia da República convocou uma Conferência de Líderes para “conhecerem o que já conheciam”, tendo chegado à “inovadora” ideia da criação de (mais) um grupo de trabalho com vista à criação de um mecanismo de registo de presença que permita uma maior responsabilização dos senhores deputados.

Daquela reunião de dezembro ficámos a saber que os senhores deputados ainda não chegaram a um acordo sobre a forma, mas têm já dois pontos de partida definidos: aceitam um novo registo, que passa agora pela marcação de presença em plenário, passando a utilizar o *username* e *password* para aceder à sua área de trabalho pessoal e tendo que fazer um registo extra para marcar a presença no plenário. Contudo, rejeitam o recurso a qualquer registo com dados biométricos para efeitos de assiduidade, como impressão digital ou reconhecimento facial, por considerarem esse mecanismo um “policiamento” à sua presença parlamentar. (O que dirão milhares de portugueses e empresas do setor público e privado que se submetem a este controlo, diariamente).

## 3. A aversão ao registo biométrico de assiduidade - “Policiamento, não!”.

Perante o escândalo das falsas presenças e das votações em sessões plenárias sem que os senhores deputados em questão estivessem fisicamente presentes, não tardou a condenação pública dos portugueses. Nas ruas, na comunicação social, nas redes sociais. Um pouco por todo o país a condenação de tais práticas foi unânime pelo eleitorado tendo, inclusive, merecido eco na imprensa internacional. A Assembleia da República foi a única instituição onde o silêncio foi ensurdecador, principalmente, pela falta de reação pública de mais de duzentos deputados não-visados pelos casos vindos a público. Desta vez não houve ataques, acusações entre as diferentes bancadas parlamentares. Porquê?

A imagem que transparece é a de que os senhores deputados da nação vivem debaixo de um enorme telhado de vidro, sem fação, sem noção, sem dignidade nem coragem.

Não é essa imagem que queremos que os portugueses tenham dos nossos representantes políticos.

O líder da bancada parlamentar do nosso partido, o Dr. Fernando Negrão, afirmou publicamente a defesa da criação de um cartão que, depois de aberta a sessão no computador pelos senhores deputados, permitirá assinalar a sua presença, por um lado, devendo assinalar todo o resto do trabalho realizado, por outro.

Um mecanismo como este cartão responsabilizá-los-á no que respeita à sua presença em cada sessão de trabalho, e será “pessoal e intransmissível”, concluiu.

Confrontado com a possibilidade de os senhores deputados trocarem cartões entre si (como alguns fazem com as passwords), o líder da bancada parlamentar do PSD respondeu que, para essas situações, deve operar o Código Penal.

Questionamo-nos: Se, com a introdução de um mecanismo como o “cartão”, poderão ocorrer as mesmas práticas que hoje conhecemos (e que gozam de impunidade), porque se teima em branquear, persistindo em soluções que deveriam controlar a assiduidade (e votações) mas que, na prática, sabemos que não funcionam?

#### 4. O entendimento da Comissão Nacional de Proteção de Dados

A Comissão Nacional de Proteção de Dados, emitiu parecer, em 26 de fevereiro de 2004, apoiada pela Lei 67/98, de 26 de outubro, que transpôs para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (revogada pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, que entrou em vigor em 25 de maio de 2018), tendo, em suma, referido que:

*“1. O recurso a sistemas biométricos tem vindo (...) a apresentar-se como um meio tecnológico que visa substituir ou reforçar a segurança dos meios tradicionais de controlo de entradas e saídas...”*

(...)

*“2. Os sistemas biométricos têm outras vantagens em relação aos sistemas tradicionais, na medida em que a informação necessária para permitir o acesso não é «perdível» ou suscetível de apropriação ilícita. Por outro lado, a pessoa não necessita de recordar números, códigos ou qualquer outra chave de identificação.”*

(...)

*“5. Os critérios a utilizar para a escolha de um sistema biométrico têm em conta, nomeadamente, o conforto na utilização, a precisão, a relação qualidade/preço e o grau de segurança.”*

(...)



*“18. Esta última tecnologia (v.g. cartão, um equipamento ou um código de barras) pode ser vantajosa, em termos de preservação da privacidade, para obviar à constituição de bases de dados centrais com armazenamento de características biométricas e permite uma maior rapidez na identificação do utilizador, em particular quando o sistema gere muitos utilizadores ou precisa de fazer a verificação remota. Porém, não será de esquecer que tem o inconveniente de exigir que o utilizador não se esqueça de transportar o cartão ou código de barras consigo, obrigando, ainda, à produção de novo cartão em caso de extravio ou má conservação.”*

(...)

*22. A existência de uma grande probabilidade de «falsos utilizadores» (do cartão) poderem ser aceites permite que – no contexto de uma empresa ou serviço público onde o sistema visa controlar o horário de trabalho – as apontadas deficiências no desempenho (do cartão) **potenciem a troca de identificação de alguns trabalhadores e a consequente anotação de atrasos, faltas ou presenças de forma indevida.***

(...)

*28. A operação de recolha das características biométricas com a finalidade de controlo do horário de trabalho não envolve, em si mesmo, uma violação da integridade física do trabalhador, do seu direito à privacidade ou da sua intimidade.*

(...)

*46. Na colheita de dados biométricos – normalmente a impressão digital, geometria da mão ou da face, padrão da íris ou reconhecimento da retina – a captação não tem qualquer implicação com a integridade física do trabalhador na medida em que a finalidade visada ou a forma como os elementos da identidade são captados não têm implicações no recato ou no pudor.*

(...)

*47. A simples operação de recolha, em exclusivo, para fins de controlo da assiduidade não afeta o direito à identidade pessoal e da intimidade da vida privada, garantidas constitucionalmente no artigo 26.º da CRP.*

Da sua análise ressalta à vista de todos a potencialidade do sistema de controlo de assiduidade recorrendo à recolha de dados biométricos como garante da verdade no registo de assiduidade dos senhores deputados.

## 5. O Virar de Página

Hoje, mais do que nunca, temos nas nossas mãos a possibilidade – e o dever – de cuidar da nossa democracia.

Hoje, mais do que nunca, os extremismos e os populismos ganham força um pouco por toda a parte. E estes fenómenos acontecem porque as instituições estão a perder a sua

capacidade de encontrar respostas perante as necessidades daqueles que representam. Porque não os ouvem, não os compreendem nem procuram ajudá-los. E se defendemos o modelo de Estado que nos foi apresentado quando nascemos, temos a obrigação de cuidar dele e de garantir o seu cabal funcionamento em benefício da nossa e das próximas gerações.

Cuidar da nossa democracia é exigir aos decisores políticos que cumpram os desígnios da missão que aceitaram: fazer política em nome e no interesse de Portugal e dos portugueses, de forma transparente e prestando contas da sua atividade.

Assim, é essencial que a Assembleia da República volte a ser um exemplo de boas práticas, em que a introdução de um sistema de registo de dados biométricos de assiduidade, acessos e registo de atividade dos senhores deputados da nação possa significar um passo importante no “virar de página” que o parlamento português tanto precisa.

Urge salvaguardar o desígnio e a nobreza das funções de deputado da nação. Para tal, é necessário um cumprimento rigoroso da assiduidade e atividade dos senhores deputados.

Hoje, mais do que nunca, é necessário, a bem da democracia e do bom funcionamento das instituições democráticas, que os senhores deputados da república portuguesa cumpram a assiduidade com o maior rigor e transparência, monitorizada através de um sistema de registo biométrico, tal como acontece na maioria das instituições públicas que servem os cidadãos do nosso país.

E porque nada de grande se realizou em Portugal sem paixão, é com paixão, com irreverência e sentido de responsabilidade que se apresenta esta moção e a coloca à consideração dos Senhores Conselheiros Nacionais e da Comissão Política Nacional da JSD.

A JSD deve pugnar por uma cultura de mérito, de transparência e de responsabilidade enquanto pedra basilar no funcionamento da Assembleia da República.

Um Portugal justo, honesto, livre, solidário, irreverente e responsável. É este o país que a JSD deve defender e ajudar a construir.

E se a política precisa de um “banho de ética”, então cabe à JSD “puxar dos galões”.

----

*“Uma democracia que não se defende vigorosamente não tem o direito de sobreviver.”*  
– Francisco Sá Carneiro.

  
Ricardo Oliveira Venâncio  
Militante 173175